

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
PUC-SP

Gabriel Guerreiro

**Desindustrialização Precoce no Brasil: Causas Estruturais, Impasses Políticos e  
Possibilidades de Reindustrialização no Século XXI**

Bacharelado em Relações Internacionais

São Paulo, SP  
2025

Gabriel Guerreiro

**Desindustrialização Precoce no Brasil: Causas Estruturais, Impasses Políticos e Possibilidades de Reindustrialização no Século XXI**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Relações Internacionais, sob a orientação do prof., dr. – Tomaz Oliveira Paoliello..

São Paulo, SP  
2025

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

---

---

---

Autorizo a disponibilização deste trabalho para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, 06 de junho de 2025.

Dedico este trabalho aos meus pais, Maurício e Cesira, por seu incentivo constante à minha autonomia e ao conhecimento, e por apoiarem incondicionalmente cada uma de minhas escolhas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu pai, Maurício e Cesira, por serem o meu porto seguro, meus melhores amigos e donos de todo o amor do mundo. Sou muito grato, e sempre levarei como exemplo todo o sacrifício e a luta que tornaram possível eu viver isso.

À minha namorada, Alice, por, desde sempre, ter me mostrado o que é uma relação. Evolui muito como pessoa ao seu lado, e tenho certeza de que, sem sua presença, tudo isso teria sido muito mais difícil.

Agradeço também aos meus irmãos, Mariana e Caio, por me acolherem e serem referências para mim. Não poderia ser mais sortudo em tê-los como família.

À minha avó, Cezira, que literalmente me ensinou não só a escrever, mas a ser uma pessoa no mundo. Não tenho palavras para descrever o meu amor e minha gratidão à senhora.

A vida nem sempre é justa, mas os carrego comigo em cada vitória. Em nossa família, que, mesmo com todas as dificuldades, nunca deixou de lutar.

Um agradecimento especial aos amigos que conheci durante esses anos, que hoje, são parte da minha família. A presença de vocês fez com que São Paulo se tornasse um lar para onde sempre quero retornar, e, para um menino do interior, isso significa demais. Manuela, Brunella, Luis, Luma, Luisa, Giovanna, Tiago e Davi, sou muito grato por todas as risadas, choros, abraços, anseios e dúvidas que me deram o privilégio de compartilhar com vocês. Que isso nunca acabe!

Por fim, agradeço a todos os meus professores incríveis, com os quais tive a honra de aprender sobre o mundo enquanto vivia, na prática, um pouco dele. Seus ensinamentos ultrapassaram a sala de aula, e me transformaram para a vida. Sempre vou me orgulhar de ter tido acesso a uma educação tão emancipatória, em uma faculdade que forma senso crítico e é símbolo de resistência. Obrigada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Guerreiro, Gabriel  
Desindustrialização Precoce no Brasil: Causas Estruturais,  
Impasses Políticos e Possibilidades de Reindustrialização no  
Século XXI. / Gabriel Guerreiro. -- São Paulo: [s.n.], 2025.  
31p. il. ; cm.

Orientador: Tomaz Paliello.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Relações  
Internacionais, 2025.

1. desindustrialização. 2. teoria da dependência. 3.  
financeirização. I. Paliello, Tomaz. II. Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo, Trabalho de Conclusão de  
Curso para Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDD

Guerreiro, Gabriel. *Desindustrialização Precoce no Brasil: Causas Estruturais, Impasses Políticos e Possibilidades de Reindustrialização no Século XXI*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 06 jun. 2025.

## RESUMO

### **Guerreiro, Gabriel. Desindustrialização Precoce no Brasil: Causas Estruturais, Impasses Políticos e Possibilidades de Reindustrialização no Século XXI**

O presente trabalho analisa criticamente o processo de desindustrialização brasileira a partir de uma revisão bibliográfica que articula teorias clássicas do estruturalismo latino-americano com abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento. Parte-se da hipótese de que o caso brasileiro configura um desvio do padrão tradicional de desindustrialização, ao ocorrer antes da consolidação de uma estrutura produtiva complexa, em contexto de inserção internacional subordinada. O estudo discute as causas estruturais e conjunturais desse processo, seus impactos econômicos e sociais — como a precarização do trabalho e a reprimarização exportadora —, e os limites das políticas industriais implementadas desde os anos 1980. A metodologia adota uma revisão crítica da literatura especializada, integrando autores como Prebisch, Furtado, Tavares, Rodrik, Paulani e Oreiro, além de dados empíricos do IBGE, Ipea e OCDE. Conclui-se que a desindustrialização brasileira resulta da combinação entre heranças do modelo de substituição de importações e decisões políticas recentes, exigindo hoje uma estratégia de reindustrialização baseada em inovação, complexidade produtiva e fortalecimento das capacidades estatais.

**Palavras-chave:** desindustrialização; desenvolvimento econômico; política industrial; dependência; Brasil.

## ABSTRACT

GUERREIRO, Gabriel. **Desindustrialização Precoce no Brasil: Causas Estruturais, Impasses Políticos e Possibilidades de Reindustrialização no Século XXI**

This paper aims to critically analyze the process of Brazilian deindustrialization through a literature review that articulates classical Latin American structuralist theories with contemporary approaches to economic development. The central hypothesis is that the Brazilian case deviates from the classical pattern of deindustrialization, as it took place before the consolidation of a complex and autonomous industrial structure, in a context of dependent integration into the global economy. The study examines both structural and cyclical causes of industrial decline, the associated economic and social impacts — such as labor precarization and the reprimarization of exports — and the limitations of public policies implemented since the 1980s. Methodologically, the research draws on a systematic review of authors such as Celso Furtado, Raul Prebisch, Maria da Conceição Tavares, Leda Paulani, Dani Rodrik, and José Luis Oreiro, supported by empirical data from IBGE, Ipea, and the OECD. Based on the literature reviewed, it is suggested that Brazilian deindustrialization results both from inherited limitations of the import substitution model and from the absence of a national development strategy focused on productive and technological upgrading. The study concludes by discussing current proposals for reindustrialization based on productive innovation and technological upgrading.

**Keywords:** deindustrialization; economic development; industrial policy; dependency; Brazil.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BU	Biblioteca Universitária
NBR	Normas Técnicas Brasileiras
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

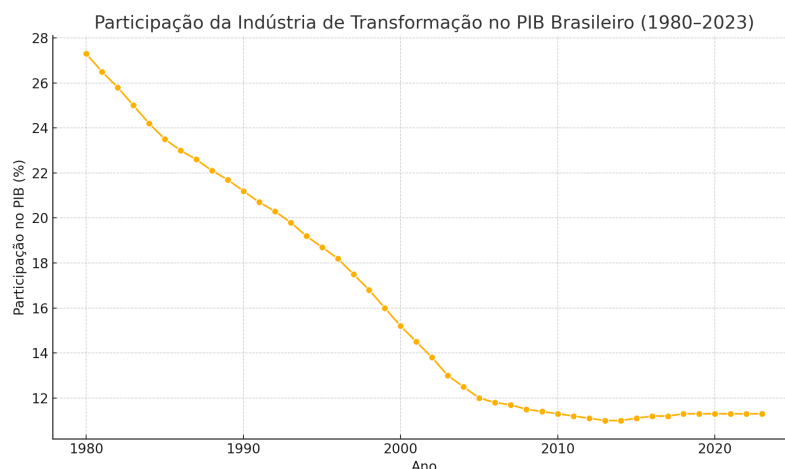
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2.</b>	<b>INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS LIMITES (1950-1980)</b> .....	15
2.1	O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	15
2,2	CRÍTICAS E LIMITES ESTRUTURAIS.....	16
<b>3.</b>	<b>CRISE E TRANSIÇÃO: O INÍCIO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO</b> .....	19
3.1	CRISE DA DÍVIDA.....	19
3.2	AJUSTE ORTODOXO E FRAGILIDADE DO DESENVOLVIMENTISMO.....	20
3.3	RECONFIGURAÇÃO PRODUTIVA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO EMERGENTE.....	20
3.4	FINANCEIRIZAÇÃO E NOVA LÓGICA DA ACUMULAÇÃO.....	21
<b>4.</b>	<b>ABERTURA ECONÔMICA E NEOLIBERALISMO (1990 - 2000)</b> .....	22
<b>5.</b>	<b>DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XXI (2000 – 2014)</b> .....	24
5.1	TENTATIVAS DE REVITALIZAÇÃO.....	24
5.2	LIMITES E CONTRADIÇÕES.....	25
<b>6.</b>	<b>NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	27
<b>7.</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	27

## INTRODUÇÃO

A desindustrialização brasileira, intensificada a partir da década de 1980, constitui um dos fenômenos estruturais mais relevantes e controversos da economia nacional contemporânea. Trata-se de um processo caracterizado pela queda progressiva da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB), sem que isso tenha sido compensado por um avanço equivalente em setores mais tecnológicos ou com maior valor agregado ao produto.

Como mostra a Figura 1, a indústria de transformação brasileira respondia por 27,3% do PIB em 1985. Em 2023, esse número havia caído para 11,3%. Os dados do IBGE (2023) apontam para um esvaziamento progressivo desse setor, que se agravou especialmente nos anos 1990, em meio à liberalização comercial, à abertura acelerada do mercado e à valorização do câmbio — num contexto marcado também pela falta de uma política industrial consistente e de longo prazo.

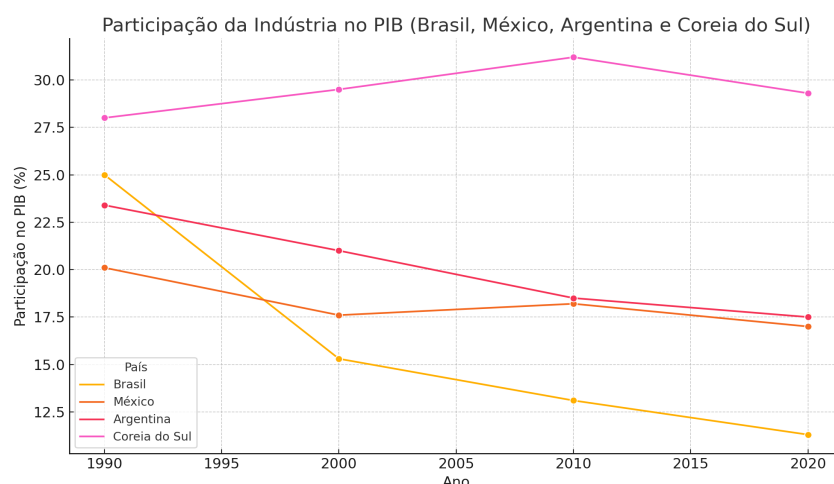
**Figura 1 – Participação da Indústria de Transformação no PIB Brasileiro (1980–2023)**



**Fonte: IBGE (2021). Elaboração própria IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais: série encadeada do PIB a preços de mercado, por atividade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>. Acesso em: 04 mai. 2025**

Ao contrário do que ocorreu em países centrais, onde a desindustrialização reflete um estágio avançado de desenvolvimento — marcado pela produção de bens tecnológicos sofisticados e de alto valor agregado —, o Brasil passou por esse processo de forma precoce, sem jamais ter alcançado esse nível de complexidade produtiva. A Figura 2 ilustra essa diferença ao comparar a trajetória da participação da indústria no PIB em Brasil, México, Argentina e Coreia do Sul. Enquanto as economias latino-americanas vêm enfrentando uma queda industrial desde os anos 1990, a Coreia do Sul seguiu na direção oposta, com uma industrialização sustentada por políticas estatais de longo prazo voltadas à inovação tecnológica.

**Figura 2 – Participação da Indústria no PIB: Brasil, México, Argentina e Coreia do Sul (1990–2020).**



Fonte: OCDE (2021). Elaboração própria com base em dados - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *OECD.Stat*. Disponível em: <https://stats.oecd.org>. Acesso em: 04 mai. 2025.

Esses dados dão sustentação à tese da desindustrialização precoce, proposta por Dani Rodrik (2016), segundo a qual muitos países em desenvolvimento começaram a perder participação industrial ainda em fases iniciais de crescimento — antes mesmo de alcançarem níveis satisfatórios de renda ou de consolidarem uma estrutura produtiva mais complexa.

Do ponto de vista social, a desindustrialização tem contribuído para a precarização do mercado de trabalho. Empregos industriais, historicamente mais protegidos e melhor remunerados, vêm sendo substituídos por ocupações no setor informal, marcadas por baixa

produtividade. Dados do Ipea (2022) mostram que, entre 2010 e 2020, o número de trabalhadores com carteira assinada na indústria caiu 12%, enquanto o setor de serviços cresceu 20% — em grande parte puxado por atividades mais simples e produtos de baixo valor agregado.

Do ponto de vista político, o enfraquecimento da base industrial também reduziu a capacidade do Estado de impulsionar o desenvolvimento e comprometeu sua autonomia frente às pressões externas — especialmente em um cenário de globalização assimétrica e crescente financeirização da economia. Ao longo deste trabalho, será possível compreender como esse processo ampliou as vulnerabilidades estruturais do Brasil, cujos efeitos sobre o setor industrial ainda se fazem sentir nos dias de hoje.

Essa visão difere das abordagens funcionalistas, que tratam o declínio da indústria como algo natural — ou até desejável — em economias modernas. O exemplo da Coreia do Sul desafia essa leitura: ali, o avanço industrial não foi resultado automático do mercado, mas fruto de escolhas políticas bem direcionadas, amparadas por um projeto nacional de desenvolvimento. No caso brasileiro, como argumentam Maria da Conceição Tavares (1997) e Leda Paulani (2018), há sinais claros de que a desindustrialização foi, em grande parte, induzida. Políticas como a abertura comercial nos anos 1990, o câmbio valorizado e a ausência de uma estratégia produtiva sólida contribuíram diretamente para esse processo. Parte-se, aqui, da hipótese de que a desindustrialização no Brasil não pode ser explicada apenas por dinâmicas globais ou por tendências históricas inevitáveis. Trata-se, antes, de um processo estrutural, profundamente marcado por decisões políticas e escolhas econômicas feitas desde os anos 1980.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo revisar criticamente a literatura econômica sobre a desindustrialização brasileira. A proposta é investigar suas causas — tanto estruturais quanto conjunturais —, os impactos sociais e econômicos do fenômeno e as principais propostas atualmente em debate. Para isso, adota-se uma revisão bibliográfica analítica, que articula autores clássicos do pensamento estruturalista latino-americano, como Celso Furtado, Raul Prebisch e Maria da Conceição Tavares, com abordagens mais recentes, representadas por nomes como Dani Rodrik, José Luis Oreiro e Leda Paulani. A análise também se apoia em dados empíricos atualizados, provenientes de instituições como IBGE, Ipea, OCDE, CNDI, UNCTAD e BID. O trabalho está organizado de forma a reconstruir,

passo a passo, a trajetória da industrialização brasileira desde os anos 1950 até os impasses e desafios que marcam o debate atual sobre seu futuro.

## 2. INDUSTRIALIZAÇÃO E SEUS LIMITES (1950 – 1980)

### 2.1 O MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Desde a década de 1950 até a década de 1980, a industrialização brasileira foi centrada no modelo de substituição de importações (ISI), formulado no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) sob a liderança de Raul Prebisch e posteriormente expandido por intelectuais como Celso Furtado. Este modelo tornou-se uma resposta ao liberalismo ortodoxo e à identificação do declínio estrutural dos termos de troca, apostando na industrialização como política para divergir da dependência estrutural prevalente nas economias periféricas.

Para Prebisch (1949), a discrepância centro-periferia condena os países latino-americanos a uma inserção submissa, na qual "o dinamismo técnico da periferia é subordinado ao dinamismo técnico do centro" (p. ). A industrialização do mercado interno é postulada, com base em proteção tarifária, planejamento estatal e desenvolvimento de setores estratégicos. Celso Furtado elabora ainda mais essa linha de pensamento em "Formação Econômica do Brasil" e "O Mito do Desenvolvimento Econômico", afirmando que o subdesenvolvimento não significa um retrocesso no caminho do desenvolvimento, mas uma condição que faz parte do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Para ele, "o subdesenvolvimento é a consequência histórica da maneira como as economias coloniais foram inseridas no sistema capitalista internacional" (FURTADO, 1974, p. 15).

Sob essa perspectiva, a industrialização só seria eficiente se planejada e liderada por um Estado ativo, focando seus investimentos em: diversificação produtiva e promoção de capacidades tecnológicas autônomas (FURTADO, 2009, p. 215).

Nesse contexto, o Brasil adotou linhas de ação compatíveis com essa proposta: estabelecimento de empresas estatais, fortalecimento do papel desempenhado pelo BNDES, apelo seletivo ao capital estrangeiro e diversificação em direção a bens de consumo duráveis e infraestrutura. O país construiu muitas mais, incluindo cerca de 400 ou mais nos anos seguintes (IBGE, 2023), e, segundo algumas estimativas, produziu mais de um terço de todos os bens manufaturados no início dos anos 80 (Moreira et al., 1987). No entanto, esse

crescimento encobriu uma fragilidade sistêmica que se tornaria um fator crucial em seu subsequente declínio.

## 2.2 CRÍTICAS AO MODELO E LIMITES ESTRUTURAIS

A partir da década de 1970, começam a ganhar força as críticas internas ao modelo de substituição de importações (MSI), sobretudo no que diz respeito à sua incapacidade de sustentar uma industrialização de base autônoma e tecnologicamente avançada. Uma das vozes mais influentes nesse debate é a de Maria da Conceição Tavares, que em *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (1972) formula o conceito de encurtamento do ciclo do capital industrial. Para a autora, os excedentes gerados no processo industrial não eram reinvestidos de maneira produtiva no próprio setor, mas frequentemente canalizados para o exterior ou redirecionados a aplicações financeiras — um movimento que antecipa, em alguma medida, o padrão de financeirização que se consolidaria nas décadas seguintes. Soma-se a isso a fragilidade estrutural do país em termos de absorção e desenvolvimento de tecnologias próprias. Com isso, diferente de trajetórias como a sul-coreana, que combinaram substituição de importações com forte investimento em qualificação técnica e inovação, o caso brasileiro permaneceu preso à reprodução de tecnologias importadas. Como alerta Tavares, “a substituição de importações não foi acompanhada de uma estratégia sistêmica de absorção tecnológica e formação de recursos humanos avançados” (TAVARES, 1972, p. 91).

Celso Furtado também identifica os limites intrínsecos ao modelo de substituição de importações. Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, ele adverte que “o desenvolvimento desigual se manifesta quando os frutos da industrialização não se traduzem em melhoria das condições sociais mais amplas” (FURTADO, 1974, p. 57). Na prática, isso significava que o dinamismo industrial brasileiro não foi capaz de gerar uma base interna suficientemente robusta — em termos de mercado consumidor, distribuição de renda e capacidade tecnológica — que pudesse sustentar um ciclo contínuo de crescimento. O resultado foi a formação de um mercado interno restrito e socialmente segmentado, que limitava as possibilidades de expansão da própria indústria e contribuía para a reprodução de desigualdades, em vez de superá-las.

Paralelamente, no campo financeiro, a resposta brasileira ao choque do petróleo de 1973 envolveu uma forte estratégia de endividamento externo, aproveitando o contexto de abundância de liquidez nos mercados internacionais. Inicialmente, essa política sustentou o dinamismo da economia, viabilizando investimentos em infraestrutura e expansão industrial. No entanto, a médio prazo, aprofundou a vulnerabilidade externa do país. Como observa Maria da Conceição Tavares, “o crescimento do final da década de 1970 foi obtido à custa de um endividamento externo que comprometeu a autonomia da política econômica nos anos seguintes” (TAVARES, 1997). A dependência de capitais internacionais restringiu o espaço de manobra do Estado frente às crises subsequentes e agravou a fragilidade estrutural de um modelo que já operava com baixa densidade tecnológica e escassa capacidade de inovação.

Dessa forma, ainda que o modelo de substituição de importações tenha sido responsável por um notável impulso à industrialização brasileira, suas limitações internas tornaram-se cada vez mais evidentes. A persistente dependência de tecnologia estrangeira, a escassa capacidade de geração de inovações endógenas e a crescente fragilidade financeira — acentuada pelo endividamento externo — acabaram por corroer as bases do projeto desenvolvimentista. Essa crítica, elaborada por pensadores inseridos na própria tradição estruturalista, como Tavares e Furtado, revela que o esgotamento do modelo não se deu exclusivamente por fatores exógenos. Ao contrário, ela sugere que a trajetória posterior de desindustrialização guarda raízes em uma industrialização inacabada, construída sob condições de vulnerabilidade estrutural e ausência de autonomia tecnológica efetiva. Com isso, antecipa-se o argumento central deste trabalho: a desindustrialização brasileira não pode ser explicada apenas como resposta a transformações globais, mas deve ser entendida também como desdobramento interno de um padrão histórico de desenvolvimento limitado.

Essas fragilidades, ainda que momentaneamente encobertas pelo dinamismo do crescimento quantitativo, resultaram em um impasse estrutural. Ao Brasil faltava precisamente o salto qualitativo — em termos de complexidade produtiva, inovação tecnológica e densidade industrial — que pudesse assegurar uma trajetória de desenvolvimento autônomo e sustentado. A ausência desse avanço comprometeu a resiliência da indústria nacional diante das transformações que se aproximavam. Assim, ao entrar na década de 1980, o país encontrava-se exposto tanto a choques externos — como a

crise da dívida e a reorientação dos fluxos financeiros internacionais — quanto a limitações internas que impediam a sustentação de um projeto industrial robusto e adaptável.

### **3. CRISE E TRANSIÇÃO: O INÍCIO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

As décadas de 1980 constituíram um momento decisivo para o processo de industrialização no Brasil, caracterizado por limites estruturais do modelo de substituição de importações em um ambiente internacional adverso e por escolhas políticas internas que aumentaram o nível de dependência externa. Essa situação não se configurou apenas como uma falha cíclica, mas como um ponto em que a fraqueza institucional do Estado brasileiro impediu a formação de um novo pacto entre classes diante da crise da dívida, resultando na vulnerabilidade da indústria nacional a processos de desnaturação e à dominação de corporações financeiras.

#### **3.1 A CRISE DA DÍVIDA**

O contexto da crise da dívida externa, que eclodiu em 1982, foi marcado pela vulnerabilidade das economias periféricas, que se mostraram altamente endividadas e dependentes de crédito externo de curto prazo. O modelo dependente, conforme argumentado por Cardoso e Faletto (1979), revelou-se insustentável ao aumentar o grau de exposição ao capital externo. As indústrias intensivas em capital operavam com margens reduzidas, enquanto o Estado enfrentava crescentes dificuldades para apoiar a inovação e a infraestrutura.

Esse padrão foi evidente desde os anos 1980: os influxos de capital estrangeiro destinados à expansão industrial na década de 1970 transformaram-se em expropriação por meio do pagamento da dívida, que exigia a devolução de sua própria expropriação na forma de saldos comerciais e cortes em investimentos públicos—ambos incompatíveis com a sustentação de um projeto industrial.

A CEPAL (2002) e o IPEA (2003) relataram que o Brasil transferiu, em média, 3,7% do seu PIB apenas para o pagamento dos juros de sua dívida externa entre 1981 e 1989. Esse sangramento de recursos comprometeu as margens de investimento em infraestrutura, ciência e tecnologia, que são essenciais para o fortalecimento da complexidade industrial.

#### **3.2 AJUSTE ORTODOXO E FRAGILIDADE DO DESENVOLVIMENTISMO**

A resposta política à crise da dívida consistiu na conformidade com os Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) negociados com o FMI, centrados em metas de superávit primário, restrição de crédito e repressão da demanda. O resultado dessas políticas, justificadas pela necessidade de restaurar a solvência macroeconômica, foi o aprofundamento da recessão, que fisicamente estimulou a queda na atividade industrial. Segundo estatísticas do IPEA, a Formação Bruta de Capital Fixo na indústria de transformação (FCFm) caiu de 60,8% no período dos anos 1970 para 41,2% na década seguinte (Bielschowsky, 2002).

Esse processo evidencia uma tensão estrutural: enquanto o Estado era convocado a reestruturar a economia, seu poder de ação foi limitado pelo novo consenso ortodoxo, que subordinou a política econômica aos imperativos da dívida. Conforme argumenta Maria da Conceição Tavares (1997), a falência do modelo de desenvolvimento na década de 1980 não se deveu apenas a imposições externas, mas também a um pacto político que entregou a centralidade da tomada de decisões a credores externos e rentistas.

### **3.3 RECONFIGURAÇÃO PRODUTIVA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO EMERGENTE**

A crise da dívida coincidiu com uma virada na geoeconomia internacional, marcada pela revolução tecnológica nos países centrais e pela reorganização das cadeias globais de produção. O Brasil, com sua manufatura perdendo dinamismo diante do déficit externo e da ausência de um novo impulso estratégico, começou a perder o ímpeto da industrialização. A redução da participação da indústria no PIB e o enfraquecimento de setores como bens de capital e insumos tecnológicos representaram um esvaziamento estrutural. Essa não foi uma transição neutra: ela evidenciou a dificuldade do país em garantir alguma forma de autonomia produtiva em meio a uma crise sistêmica. A estrutura herdada do modelo de substituição de importações não teve capacidade de resposta — e sem um novo projeto nacional, a reconfiguração produtiva avançou de forma desordenada (cf. TAVARES, 1997; PAULANI, 2009; REZENDE, 2014)

### **3.4 FINANCEIRIZAÇÃO E A NOVA LÓGICA DO ACÚMULO**

A financeirização da economia brasileira não se restringiu à abertura de novos mercados fronteiriços, mas resultou de uma mudança específica na política econômica em favor dos rentistas. A financeirização "[re]articulou a lógica acumulativa no Brasil, transferindo do domínio da valorização produtiva para atividades financeiras especulativas" (Paulani, 2009, p. 25). Essa transformação foi impulsionada por uma política monetária passiva e pró-cíclica, focada na estabilização da inflação por meio de altas taxas de juros e ajuste fiscal, que desincentivou investimentos em atividades produtivas. Conforme observado por Felipe Rezende, "o Estado passou a servir como garantidor da rentabilidade financeira em vez de coordenador do industrialismo" (Rezende, 2014, p. 282). Esse novo padrão favoreceu setores de retorno rápido, como commodities e serviços financeiros, mas desorganizou ou absorveu atividades industriais fundamentais, como químicos finos, eletrônica e bens de capital, dentro de cadeias globais com baixa densidade nacional.

#### **4. ABERTURA ECONÔMICA E NEOLIBERALISMO (1990 – 2000)**

A década de 1990 representa um momento crucial para o projeto de desenvolvimento brasileiro, marcado pela adoção de um conjunto de reformas liberalizantes voltadas à estabilização monetária, à abertura comercial e à desregulamentação do sistema financeiro. Esse rearranjo institucional, sob a égide da ortodoxia econômica, redefiniu o papel do Estado e os marcos da inserção internacional do país. Contudo, a implementação desse modelo, desprovida de uma estratégia produtiva de longo prazo, aprofundou o processo de desindustrialização e expôs as fragilidades estruturais herdadas do período anterior.

A liberalização comercial, promovida durante o governo Collor, ocorreu de forma abrupta, com a rápida redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. A tarifa nominal média de importação caiu de 32% em 1990 para 13% em 1995 (CNI, 2018), sem que houvesse mecanismos robustos de proteção à indústria nascente ou de incentivo à adaptação tecnológica. O resultado foi a exposição de uma base industrial ainda frágil à concorrência internacional, o que levou à perda de mercado por parte de setores intensivos em tecnologia, sem a substituição por cadeias produtivas mais sofisticadas.

A inflação crônica, que atravessou os anos 1980 e o início dos anos 1990, foi finalmente controlada com a implementação do Plano Real, em 1994. No entanto, a valorização do real — sustentada por altas taxas de juros e pelo ingresso de capitais especulativos — acentuou a reprimarização da economia e os traços extrativistas da produção. Como destaca Bielschowsky (2019), “a taxa de câmbio, supervalorizada na maior parte do tempo, impediu a possibilidade de aumento das exportações industriais e amortizou a substituição competitiva de importações” (p. 91). Sem controle de fluxos de capital ou política industrial ativa, a âncora cambial enfraqueceu ainda mais a capacidade competitiva da indústria nacional.

A justificativa teórica por trás desse modelo foi articulada por formuladores do Plano Real, como Persio Arida e Edmar Bacha, que defendiam que a abertura comercial era condição necessária à modernização produtiva e à elevação da eficiência econômica. Arida (1995) afirmava que “a passividade da inserção no comércio internacional se corrigiria através do mercado; de um lado, as empresas mais eficientes seriam selecionadas e, de outro,

a ineficiência do sistema desapareceria através do processo de limpeza de mercado herdado do protecionismo”.

Essa visão foi duramente criticada por economistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira, que argumentou que a abertura comercial e o regime de câmbio valorizado foram implementados sem instrumentos complementares de estímulo à indústria nacional. O país teria abdicado do nacional-desenvolvimentismo, subordinando-se aos imperativos do mercado financeiro internacional (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 97). Para o autor, a política econômica dos anos 1990 ignorou a necessidade de adaptar os mecanismos de coordenação produtiva à trajetória incompleta e dependente da industrialização brasileira.

As consequências foram profundas. Segundo dados do Ipea (2021), a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 27% em 1990 para 15,3% em 2000. No mesmo período, observou-se queda na produtividade total dos fatores (PTF), indicando estagnação ou reversão tecnológica. A pauta exportadora voltou a se concentrar em bens primários, anulando parte dos ganhos de diversificação produtiva conquistados nas décadas anteriores (OECD, 2021).

A ausência de uma política industrial compatível com o novo contexto global, somada à liberalização abrupta e à política monetária pró-cíclica, consolidou um padrão de crescimento de baixa densidade tecnológica. Como alerta Bielschowsky (2019), “o Estado brasileiro transformou-se em uma fonte de estabilidade macroeconômica, não em um gerador de transformação produtiva” (p. 93). Essa inflexão marcou o abandono da agenda estruturalista e consolidou um padrão de inserção internacional subordinada, no qual a financeirização da acumulação se combinou à primarização do comércio exterior.

A década de 1990, portanto, não apenas selou o desmonte das bases industriais construídas no século XX, como instaurou um novo paradigma no qual a estabilidade macroeconômica passou a ser tratada como fim em si mesma. Esse deslocamento de prioridades reconfigurou o papel do Estado e preparou o terreno para um ciclo de crescimento ancorado na demanda externa e em setores de baixa complexidade — um modelo que, como se verá adiante, apresentaria limites evidentes já nos anos 2000.

## **5. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XXI (2000 – 2014)**

### **5.1 TENTATIVAS DE REVITALIZAÇÃO**

Durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, foram implementadas políticas industriais, a saber, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com o intuito de modernizar a indústria brasileira. Entretanto, tais esforços não se mostraram isentos de desafios. O impacto da PITCE foi considerado limitado, uma vez que não conseguiu estabelecer uma coordenação interministerial eficaz nem objetivos claramente definidos. A PDP, por sua vez, concentrou recursos em grandes grupos empresariais, desconsiderando conexões produtivas relevantes. Como afirmam Marconi e Rocha (2012, p. 460), "a política dos campeões nacionais revelou-se ineficaz em promover ligações produtivas e em aumentar a competitividade da indústria brasileira."

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha como objetivo incrementar o investimento público em infraestrutura, visando a geração de demanda agregada. Contudo, a falta de alinhamento entre os investimentos públicos e as políticas de conteúdo local setorial impediu que os resultados obtidos tivessem um impacto positivo sobre a indústria nacional. Segundo Oreiro (2012, p. 30), "o novo desenvolvimentismo consiste em um conjunto de políticas macroeconômicas projetadas para alcançar a estabilidade de preços, o crescimento econômico sustentado e a redução da desigualdade social por meio de uma estratégia de desenvolvimento que se baseia na ampliação da demanda interna e na competitividade da indústria nacional", objetivo que não foi atingido na medida almejada pelo PAC.

Sob a presidência de Dilma Rousseff, as ferramentas de estímulo foram ampliadas, incluindo isenções fiscais e incentivos à produção. Contudo, tais medidas foram implementadas sem correspondentes em inovação, aumento da produtividade ou reinvestimento, o que comprometeu seu impacto estrutural. O Tribunal de Contas da União (2017) constatou que os setores favorecidos não apresentaram ganhos significativos em exportações, nem na geração de empregos qualificados.

## 5.2 LIMITES E CONTRADIÇÕES

As tentativas de reindustrialização que marcaram os anos 2000 aconteceram num ambiente bastante desfavorável para a indústria nacional. A valorização prolongada do real frente ao dólar — impulsionada pela entrada de capitais externos e pelo boom das commodities — acabou tornando os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional. Nesse cenário, mesmo quando havia vontade política, as ações em prol da indústria esbarravam em um modelo macroeconômico que ia na direção contrária. A política industrial dizia uma coisa; o câmbio, os juros e as metas fiscais, outra.

Com isso, em vez de promover uma mudança estrutural, o país aprofundou sua especialização em áreas pouco dinâmicas. A pauta exportadora passou a ser dominada por bens como minério de ferro, carnes, celulose e alimentos processados — produtos de baixo conteúdo tecnológico, que pouco contribuem para o fortalecimento de cadeias produtivas mais complexas. Os ganhos de curto prazo existiram, mas foram superficiais: não ajudaram a elevar a produtividade nem impulsionaram o desenvolvimento tecnológico da economia.

Nassif e Morceiro (2021, p. 15) resumem bem essa contradição ao afirmar que a ausência de uma política industrial articulada e de longo prazo foi decisiva para o processo de desindustrialização precoce. Segundo os autores, esse vazio comprometeu a capacidade do país de gerar inovação e empregos qualificados em escala: “a ausência de uma política industrial consistente e de longo prazo contribuiu para a desindustrialização precoce da economia brasileira, comprometendo sua capacidade de inovação e de geração de empregos de qualidade”.

Essas limitações ajudam a entender por que as políticas industriais daquela década, mesmo bem-intencionadas, não conseguiram alterar de forma duradoura a estrutura produtiva. Ao manter a dependência de commodities e ignorar os entraves macroeconômicos e institucionais, o Brasil acabou reforçando uma trajetória de baixa complexidade industrial — um padrão que cobraria seu preço nos anos seguintes.

## 6. NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO

Nos últimos anos, o debate sobre a desindustrialização no Brasil tem deixado de lado as explicações mais lineares, focadas apenas em números ou datas. Em vez de enxergar esse processo apenas como uma queda da indústria no PIB, pesquisadores têm se voltado para as estruturas mais profundas que ajudam a entender por que isso aconteceu — e o que essa trajetória diz sobre o caminho de desenvolvimento que o país escolheu (ou deixou de escolher).

Para José Luis Oreiro (2022), entender a desindustrialização brasileira exige olhar para dentro e para fora ao mesmo tempo. De um lado, há fatores externos, como a ascensão da China e as mudanças nas cadeias globais de produção; de outro, há entraves domésticos persistentes — como a instabilidade cambial, os juros altos e a falta de um projeto claro de desenvolvimento. Na visão do autor, o país abriu mão de sua capacidade de planejar o futuro industrial justamente quando ainda precisava da indústria como motor de inovação, formação de conhecimento e geração de empregos qualificados.

A financeirização aparece, nesse contexto, como uma das chaves para entender por que o Brasil se distanciou de uma agenda produtiva. Leda Paulani (2018) observa que a lógica de valorização financeira acabou se impondo à produtiva, drenando recursos e atenção para fora da indústria. Em vez de investir na ampliação da base produtiva, o país passou a priorizar a rentabilidade de ativos financeiros. Felipe Rezende (2014) aprofunda esse diagnóstico ao mostrar como o próprio Estado passou a atuar como garantidor dessa dinâmica, oferecendo retornos elevados em títulos públicos e, com isso, restringindo drasticamente o espaço para políticas de desenvolvimento. O que antes era um instrumento de coordenação passou a servir à lógica rentista.

Mas não foi só a financeirização que fragilizou o setor produtivo. A falta de uma política industrial consistente, articulada com o contexto macroeconômico, também teve peso. Mesmo quando o Estado tentou reanimar a indústria — como nos casos da PDP e do Plano Brasil Maior —, os resultados ficaram aquém do esperado.

Marconi e Rocha (2012) e Roncaglia (2019) apontam que essas iniciativas sofreram com a desarticulação entre metas e instrumentos, além de operarem sob juros altos, câmbio valorizado e uma lógica fiscal restritiva. Os incentivos existiram, mas foram lançados em solo instável, o que explica por que não conseguiram sustentar uma nova trajetória industrial de longo prazo.

Diante da crise do modelo industrial tradicional, instituições internacionais como a UNCTAD (2023) e o BID (2024) vêm defendendo uma nova agenda de reindustrialização centrada na transição ecológica e digital. A proposta é ambiciosa: não se trata apenas de reocupar espaço perdido, mas de construir um novo tipo de base produtiva — uma que responda, ao mesmo tempo, às urgências ambientais, às mudanças tecnológicas e à desigualdade no mercado de trabalho.

O Brasil tem tentado se aproximar dessa lógica. Lançado em 2023, o Plano Nova Indústria Brasil incorporou temas como bioeconomia, saúde, transição energética e transformação digital, estruturando-se em torno de seis “missões” de impacto sistêmico. Mas, como mostram experiências passadas, bons planos não bastam. Sem estabilidade institucional, articulação federativa e sustentação política, há o risco de mais uma tentativa promissora naufragar na falta de continuidade — algo recorrente na história recente das políticas industriais brasileiras. A diferença, agora, é que talvez o país não tenha muitas outras chances.

## 7. CONCLUSÃO

A desindustrialização brasileira, mais do que uma perda setorial, revela uma ruptura no próprio imaginário de desenvolvimento do país. Ela não resulta apenas de mudanças tecnológicas ou dinâmicas globais — embora essas também estejam em jogo —, mas de uma combinação persistente de fatores internos: a financeirização da economia, a instabilidade das políticas públicas, a ausência de coordenação macroeconômica e, sobretudo, a falta de um projeto nacional que sustente uma estratégia produtiva de longo prazo.

Ao longo deste trabalho, buscou-se mostrar que esse processo não pode ser reduzido a uma tendência natural ou a um sintoma da maturidade econômica. No caso brasileiro, ele se apresenta como um fenômeno precoce, estrutural e politicamente condicionado. A indústria perdeu espaço em meio a decisões que priorizaram o curto prazo, desmontaram instrumentos de planejamento e desarticularam políticas industriais com o ambiente macroeconômico. O resultado não foi apenas a regressão da estrutura produtiva, mas o esvaziamento de capacidades estatais e sociais indispensáveis à construção de um modelo de desenvolvimento mais sofisticado e inclusivo.

Ainda assim, a literatura recente aponta que há caminhos possíveis. Propostas como a reindustrialização verde e digital — articuladas por organismos como a UNCTAD, o BID e, mais recentemente, pelo governo brasileiro por meio do Plano Nova Indústria Brasil — recolocam a questão industrial no centro da agenda. Mas sua viabilidade depende de algo que os ciclos anteriores não conseguiram garantir: estabilidade política, coerência institucional e uma coalizão capaz de sustentar reformas que vão além de mandatos eleitorais.

A desindustrialização não será revertida com planos de curto prazo, nem com incentivos isolados. Ela exige o redesenho das bases do Estado, da política econômica e das alianças sociais que definem o rumo do país. O que está em disputa, no fundo, não é só o retorno da indústria — é a possibilidade de reconstruir um horizonte de futuro que una inovação, soberania e justiça social. E essa escolha, como este trabalho procurou demonstrar, é antes de tudo política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARIDA, Persio.** Notas sobre a inflação inercial. *Ensaio Econômicos da EPGE*, n. 97, p. 1–34, 1995.

**BACHA, Edmar.** Belíndia 2.0. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 3–26, 2009.

**BID.** Ação climática e o Acordo de Paris: o papel das cidades da América Latina e do Caribe. Washington, DC: BID, 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Aco-climatica-e-o-Acordo-de-Paris-o-papel-das-cidades-da-America-Latina-e-do-Caribe.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

**BIELSCHOWSKY, Ricardo.** *Vinte anos de política industrial no Brasil (1995-2015)*. Brasília: Ipea, 2019.

**BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.** *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. São Paulo: Elsevier, 2009.

**CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo.** *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**CEPAL.** *Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe no mundo*. Santiago: CEPAL, 2002.

**CNDI.** *Nova Indústria Brasil: Plano de Ação 2024-2026*. Brasília: MDIC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao-2024-2026-1.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

**CNI.** *Indicadores da Indústria*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2018. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 6 jun. 2025.

**FURTADO, Celso.** *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

**FURTADO, Celso.** *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

**FURTADO, Celso.** *Obras reunidas: desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

**IBGE.** *Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>. Acesso em: 12. Mai.. 2025.

**IPEA.** *Carta de Conjuntura: n. 50, jan./mar. 2021*. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10472>. Acesso em: 18 Mai. 2025.

**MARCONI, Nelson; ROCHA, Fernando.** Política industrial e desenvolvimento: a experiência recente brasileira e a nova literatura sobre o tema. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 16, n. 3, p. 445–466, 2012.

**MOREIRA, Mauricio Mesquita et al.** Industrialização no Brasil: evolução e perspectivas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 17, n. 3, p. 487–525, 1987.

**MORCEIRO, Paulo; NASSIF, André.** Desindustrialização, reindustrialização e políticas industriais no Brasil: uma análise histórica e comparada. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 28, p. 9–35, 2021.

**OCDE.** *OECD Economic Outlook, Volume 2021 Issue 1*. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-outlook/volume-2021/issue-1\\_edfbca02-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-outlook/volume-2021/issue-1_edfbca02-en.html). Acesso em: 1 jun. 2025.

**OREIRO, José Luis.** Desindustrialização: causas, consequências e políticas de enfrentamento. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 30, p. 9–27, 2022.

**OREIRO, José Luis.** O novo-desenvolvimentismo e a retomada do crescimento com estabilidade de preços e distribuição de renda. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 17–37, 2012.

**PAULANI, Leda.** *Ensaio sobre o capitalismo brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2018.

**PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo.** *Diretrizes Gerais da Política Industrial Brasileira*. Brasília: MDIC, 2008.

**PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.** *Política industrial para o Brasil*. Brasília: MDIC, 2004.

**.PREBISCH, Raúl.** O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *Revista CEPAL*, Santiago, n. 7, p. 1–22, 1949.

**REZENDE, Felipe.** O papel do Estado na dinâmica macroeconômica brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 2, p. 276–296, 2014.

**RODRIK, Dani.** Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, v. 21, n. 1, p. 1–33, 2016.

**RONCAGLIA, Álvaro.** O desafio da reindustrialização no Brasil: entre o diagnóstico e a ação. *Revista Tempo do Mundo*, v. 5, n. 1, p. 141–162, 2019.

**TAVARES, Maria da Conceição.** *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

**TAVARES, Maria da Conceição.** Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. In: *Ensaio de economia brasileira*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 123–142.

**TCU – Tribunal de Contas da União.** *Relatório de Políticas e Programas de Governo 2017*. Brasília: TCU, 2017. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/49/A6/A3/D7/E99CE5103B29BAE51A2818A8/POL\\_TI\\_CAS%20E%20PROGRAMAS%20DE%20GOVERNO\\_4\\_p\\_ginas\\_V2\\_web.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/49/A6/A3/D7/E99CE5103B29BAE51A2818A8/POL_TI_CAS%20E%20PROGRAMAS%20DE%20GOVERNO_4_p_ginas_V2_web.pdf). Acesso em: 1. jun. 2025.

**UNCTAD.** *World Investment Report 2023: Investing in Sustainable Energy for All*. Genebra: UNCTAD, 2023. Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2023>. Acesso em: 28 mai. 2025.